





Fecomércio - RN – 24/01/20

Índice

Agora RN | Indeterminado

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'Refundar' ou afundar

Noticias - 24/01/2020

5

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Exportação de melão a partir do RN é autorizada pela China

Noticias - 24/01/2020

7

Grande Ponto | Indeterminado

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

TJ suspende liminares que dispensavam diploma 'superior' em concurso da PM

Noticias - 23/01/2020

9

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com Selic a 4,5% ao ano, investir na compra de imóveis volta a ser bom negócio

Noticias - 23/01/2020

11

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

[Ponto de Vista] Impasse entre governo e Congresso ameaça criação do fundo da educação básica

Noticias - 23/01/2020

12

Revista BZZZ | Indeterminado

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo do RN agiliza licenças para investimento de R\$ 200 milhões em Tibau do Sul

Noticias - 23/01/2020

15

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BNDES anuncia venda de ações da Petrobras

Notícias - 23/01/2020

17

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo pretende mudar período usado para corrigir salário mínimo

Notícias - 23/01/2020

19

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Temor do coronavírus faz preço do petróleo cair quase 3%

21

Notícias - 23/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Beneficiada pelo processo de recuperação da economia, arrecadação federal com impostos chega a R\$ 1,537 trilhão em 2019, maior valor em cinco anos

23

Notícias - 23/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Confiança do empresário é a maior desde junho de 2010, diz CNI

26

Notícias - 23/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Abraciclo estima aumento de 6,1% na produção de motocicletas neste ano no país

28

Notícias - 23/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Déficit primário pode ser zerado até 2022, diz governo

30

Notícias - 23/01/2020

'Refundar' ou afundar

2 | Opinião

2020-01-24 | AGORA

EDITORIAL

"Refundar" ou afundar

A ideia de combater a corrupção com um fim comparação com as do Chile e da em si mesmo, em que Argentina. orientações de ordem moral Depois de quase 14 anos do ultrapassam os limites do Partido dos Trabalhadores no ordenamento jurídico e do devido poder, durante os quais o Estado processo legal, joga o País numa foi panaceia para tudo, parece zona de turbulência e insegurança inevitável agora supor que é preciso institucionais sem precedentes mudar

Definitivamente nada é mais urgente para o Brasil do que a reforma da Constituição. O Brasil não pode continuar a ser governado por um partido que se tornou uma máquina de corrupção. A ideia de combater a corrupção com um fim comparação com as do Chile e da em si mesmo, em que Argentina. orientações de ordem moral Depois de quase 14 anos do ultrapassam os limites do Partido dos Trabalhadores no ordenamento jurídico e do devido poder, durante os quais o Estado processo legal, joga o País numa foi panaceia para tudo, parece zona de turbulência e insegurança inevitável agora supor que é preciso institucionais sem precedentes mudar

NOTAS & INFORMES

Menor poder para Moro

O Conselho de Defesa Nacional (CDN) decidiu reduzir o poder do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ao limitar sua atuação apenas a casos de corrupção. A decisão foi tomada após uma reunião em 23 de janeiro. Moraes havia solicitado ao Conselho a criação de um órgão para lidar com os casos de corrupção, mas o Conselho decidiu que o melhor caminho era limitar o poder do ministro.

Gov. vai propor alteração no cálculo do salário mínimo

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou que vai propor uma alteração no cálculo do salário mínimo. A proposta é aumentar o peso da cesta básica no cálculo, o que poderia resultar em um aumento de até 10% para o próximo ano.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

sob bases mais alinhadas desde a redemocratização. aos tempos modernos e suas Absurdos ditos sem o menor complexas conjunturas. constrangimento, sugerindo autoritarismo. Reforma tributária, reforma a improvável (para não dizer O sistema de telecomunicações política, enxugamento do Estado, impossível) 'refundação da no País, por exemplo, deu um abertura de **mercado**, tudo que faz República', são bobagens tão salto gigantesco durante os parte de uma agenda liberal na magníficas que sua capacidade de anos de chumbo, mas o controle **economia**, porém, só dará resultado produzir temor nos aproxima das centralizado nas mãos de grupos se os novos governos seguirem ditaduras mais abomináveis. dentro das Forças Armadas dentro de uma linha de respeito Pior: acena como alternativa não foi capaz de dirigir a Nação às instituições da República e final o populismo, seja de direita ou em direção ao livre **mercado** e não na base do confronto ao que de esquerda, o que certamente seria à educação de base, embora as representam. um retrocesso muito mais danoso escolas públicas da época fossem Com um déficit educacional a esta altura do que acontece no infinitamente superiores às de hoje. notável, baixíssima produtividade Desde que os militares policial, que produziu a edição resulta em custos extraordinários assumiram o controle do País, do Ato Institucional 5, fechando para investidores (um resumo do em 1964, e permaneceram por 20 o Congresso e cassando muitos medíocre PIB brasileiro), querer anos, houve avanços inequívocos direitos civis, atrasou o País 'refundar' a República seria no País. Mas se deram também na em décadas, embora dentro do realmente o meio mais fácil

de proporção dos atrasos inerentes ao arcabouço de uma ditadura afundá-la.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Exportação de melão a partir do RN é autorizada pela China



inspecionaram fazendas produtoras de melão no Rio Grande do Norte e no Ceará, entre os dias 12 e 17 de janeiro de 2020. Os estados são os maiores produtores da fruta. as plantações nas áreas livres da mosca-da-fruta nos estados. A China é o maior **mercado** consumidor de melões no mundo - consome cerca de metade da promilhões de toneladas em 2017. Se do chinês, o volume de exportações da fruta deverá dobrar. No Rio Grande do Norte, o volume de exportação de melões em 2019, ao se comparar com o ano anterior. Foram US\$ 70,9 milhões em 2018 contra os US\$ 116,9 milhões de 2019. Ao todo, entre janeiro e dezembro do ano passado, foram vendidas 186,7 mil toneladas de melão para

o exterior, o que é 78,6 mil toneladas a mais que em 2018, quando o Estado exportou pouco mais de 108 mil toneladas da fruta. Dados da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas) cado chinês para o melão potiguar vai gerar cerca de 10 mil novos empregos. Além disso, a área cultivável passará dos atuais 20 mil para 40 mil hectares de produção. mos cinco anos, se possa dobrar a produção local, chegando a 20 mil hectares destinados à exportação ar a abertura de aproximadamente 60 mil novos postos de empregos para atender a demanda. Possida nesta safra para os chineses', destacou o secretário estadual de Agricultura, Guilherme Saldanha.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Administração Geral de Aduana da China (GACC) - órgão responsável pela sanidade vegetal e animal - publicou comuniautoriza a importação de melão do Brasil. Em novembro, o Brasil fechou acordo com a China para viabilizar a exportação de melão. O acordo é simbólico por se tratar do primeiro entendimento sobre frutas com o país asiático. O governo brasileiro ainda não foi notificado oficialmente, mas a medida entrou em vigor na quarta-feira (22). A China ainda irá publicar a lista de fazendas e estruturas de embalo para exportação a venda ao **mercado** do país. Técnicos da GACC

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

TJ suspende liminares que dispensavam diploma 'superior' em concurso da PM



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

23/01/2020 08:55

TJ suspende liminares que dispensavam diploma 'superior' em concurso da PM

Por decisão da Presidência do Tribunal de Justiça do RN estão suspensas todas as liminares concedidas em primeira instância que permitiam que candidatos ao concurso de praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte recebessem remuneração, paga pelo Estado, durante a realização do curso de formação - etapa integrante do processo de ingresso na carreira na corporação militar - sem a devida comprovação de conclusão de curso de ensino superior.

O posicionamento da Presidência do TJRN ressalta que o Estado iria remunerar um candidato que ao final poderia não deter o diploma de formação universitária, exigido pelo concurso, o que inegavelmente é capaz de gerar lesão às finanças estaduais. Veja [AQUI](#) a decisão completa.

A decisão do desembargador João Rebouças apreciou uma Ação de Suspensão de Segurança interposta pelo Estado do Rio Grande do Norte e vigora até que o Pleno do TJRN defina a situação. A medida da Presidência do Tribunal de Justiça levou em consideração o risco de que o cumprimento dessas liminares poderia trazer lesão grave à **economia**, às finanças e à segurança jurídica.

No caso em análise, a Presidência do TJRN entendeu que as liminares concedidas contra o Estado do Rio Grande do Norte, que determinavam inexigência do certificado de conclusão do curso superior na etapa do curso de formação - 'são capazes de gerar insegurança e causar lesão às finanças e à **economia** pública, pois candidatos que ainda não possuem o diploma de curso superior podem realizar o curso de formação, exigido no edital, o Estado irá dispender recursos com a realização desse curso de formação', e com isso teria de remunerar os candidatos que, ao término do certame, poderiam ainda não ter o curso superior concluído.

Portanto, seriam dez meses - tempo de duração desta formação - no qual o erário público do Rio Grande do Norte iria suportar com um

compromisso financeiro no valor de um **salário**-mínimo, por candidato, sem ter a garantia da comprovação de que este possuiu a formação exigida, prevista no edital.

Em suas razões, o Estado do Rio Grande do Norte sustenta que 'deferir a submissão ao Curso de Formação a um candidato que notoriamente não possui os requisitos de investidura no cargo, fará com que o Estado gaste (e muito) com sua formação, para, ao final, no momento da conclusão do curso de formação, resulte em sua eliminação do certame, o que obviamente desatende ao interesse público'.

O Estado acrescenta que exigir o diploma em questão é lícito, uma obrigação que faz parte do edital, decorre de previsão legal e além disso, é específica para a participação na etapa de formação para ingresso na carreira da Polícia Militar.

PUBLICIDADE

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Com Selic a 4,5% ao ano, investir na compra de imóveis volta a ser bom negócio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com a taxa básica de **juros** da **economia**, a Selic, com o menor patamar já registrado na história, de 4,5% ao ano, os investimentos de renda fixa passaram a pagar menos e investir na compra de imóveis voltou a ser um bom negócio. A redução foi feita pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom).

A autarquia federal já tinha sinalizado ao **mercado** que faria uma nova redução, com base em dados da atividade econômica, que indicam que o processo de recuperação da **economia** do país ganhou tração durante o ano de 2019, quando a taxa chegou a 5,0%.

No Rio Grande do Norte, o efeito pode ser atestado pelo setor imobiliário. Segundo a Planet Smart City e a Habitax Urbanismo, responsáveis pela Smart City Natal, o interesse por lotes no empreendimento - cuja construção está em curso, na Grande Natal - aumentou em 30% desde que a redução foi anunciada.

'O momento é propício para quem tem economias guardadas investir em imóveis uma vez que as aplicações não estão rendendo tanto. Por outro lado, taxas de **juros** menores significam baixos custos de financiamentos e compras facilitadas de imóveis, como por exemplo a venda de lotes comerciais em até 60 meses sem **juros**', explica Edson Borba, diretor comercial da Planet Smart City.

A redução para 4,5% ao ano representa o 16º corte na Selic desde quando a taxa atingiu o pico de 14,25%, entre julho de 2015 e outubro de 2016, tornando investimentos vinculados ao **mercado** imobiliário opções vantajosas para diversificar o portfólio do investidor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Ponto de Vista] Impasse entre governo e Congresso ameaça criação do fundo da educação básica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

Daniel Weterman / Estadão

Impasse entre governo e Congresso ameaça o futuro da principal fonte de financiamento da educação básica no País. A vigência do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) termina no fim de 2020 e ainda não há consenso sobre o formato que passará a vigorar a partir de 2021.

A pressão aumenta por causa das eleições municipais, já que prefeitos dependem dos recursos para pagar professores e pressionam deputados a aumentar a fatia destinada às

idades. A única concordância é que será preciso criar um novo fundo em substituição ao atual e torná-lo permanente.

DIVERGÊNCIAS - Fora isso, só há divergências. A principal delas é quanto cada um dos entes federativos vai contribuir para o fundo, que, neste ano, envolve receita de R\$ 173,7 bilhões. O Ministério da Educação propõe aumentar de 10% para 15% o aporte do governo federal no novo Fundeb. A bancada da educação no Congresso, formada por aliados e opositores ao Planalto, quer elevar a participação do governo para 40%.

O porcentual maior, porém, defendido pela relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara, Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), não encontra consenso nem entre os deputados. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no ano passado que o governo não teria recursos para bancar um aumento desse tamanho.

CONSENSO - Atualmente, Câmara e Senado discutem propostas diferentes sobre o Fundeb, mas prometem fechar um texto de consenso para votar mais rapidamente nas duas Casas. Diante do impasse, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o envio de uma PEC do governo aumentando a fatia da União de 10% para 15%.

'A proposta que está no Congresso aumenta quatro vezes o volume. E aí, quem vai pagar por tudo isso? Eu vou dizer: eu, você, com mais impostos, crise fiscal, recessão e inflação', afirmou o ministro nas redes sociais. Ele

classificou os congressistas que pedem mais recursos como 'demagogos'.

O Ministério da **Economia** calcula em R\$ 855 bilhões o efeito do aumento da complementação da União para 40% em dez anos. A consultoria da Câmara fez um cálculo diferente, apontando impacto de R\$ 279 bilhões no período.

CRISE - O comentário de Weintraub só aumentou a crise. O presidente da comissão especial na Câmara que discute a criação do novo Fundeb, deputado Bacelar (Pode-BA), afirmou que a proposta do governo será ignorada e o 'texto já em tramitação (de autoria do Congresso), votado em março'. 'Não é o fato de o governo mandar que o Congresso vai engolir. Nós temos autonomia e o debate é longo', referendou a relatora.

O risco é o ano acabar sem uma proposta de consenso. A saída, neste caso, seria apenas prorrogar o Fundeb atual, sem mudar o formato. 'Se for esse caminho, é um fracasso do governo e uma tragédia de cenário para o País', afirmou o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB).

DISPUTA - Sem base aliada no Congresso, ministros do governo Bolsonaro enfrentam dificuldades para aprovar os assuntos de seu interesse. Soma-se a isso o fato de Weintraub não ter muitos amigos nas duas Casas Legislativas. Nas vezes em que participou de audiências públicas, o clima foi de hostilidade.

'Não podemos aumentar o repasse da União a ponto de o governo não suportar. O problema é que o governo não confia em si mesmo e não

confia nos outros também', declarou o presidente da Comissão de Educação do Senado, Dário Berger (MDB-SC).

ATRITOS - Em dezembro, Weintraub estava em férias quando voltou a entrar em atrito com o Legislativo. Ele demitiu o presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Dias, nome ligado a Rodrigo Maia.

O Fundeb responde hoje por 63% das verbas destinadas aos ensinos fundamental e médio. A maioria do dinheiro vai para pagar o **salário** de professores. Em algumas prefeituras, 100% da verba é destinada para essa finalidade.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse buscar um meio-termo entre os 15% propostos por Weintraub e os 40% defendidos por parlamentares. 'A discussão tem um rito próprio e vamos acabar entrando em um acordo', afirmou.

DESEQUILÍBRIO - O debate sobre o futuro do Fundeb expõe um desequilíbrio na distribuição dos recursos entre os municípios. Pelas regras atuais, algumas prefeituras com alta arrecadação tributária recebem um repasse extra da União para pagar professores e comprar material escolar, enquanto cidades mais pobres não conseguem o mesmo.

É o caso de Pedra Azul (MG), no Vale do Jequitinhonha, região mais pobre de Minas Gerais. Com quase 25 mil habitantes, o município terá R\$ 10,6 milhões do Fundeb em 2020 e não poderá contar com nenhuma complementação da União no fundo.

A 665 quilômetros dali, Camaçari (BA),

considerado o maior polo da indústria química e petroquímica do Hemisfério Sul, receberá uma complementação de R\$ 29,2 milhões da União, além de R\$ 100 milhões do Fundeb.

REPASSES - A secretária de Educação de Camaçari, Neurilene Martins, admitiu a discrepância na distribuição do Fundeb, mas disse que todos os municípios dependem dos recursos do fundo e não podem abrir mão dos repasses. No município, 100% do valor é usado para pagar professores e outros profissionais da rede de ensino.

'O regramento do Fundeb não dá conta, há territórios no Brasil que ficam descobertos. Se não fôssemos a cidade com esse fôlego, nem pagaríamos a folha', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo do RN agiliza licenças para investimento de R\$ 200 milhões em Tibau do Sul



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um condomínio de casas e bangalôs conjugado a um hotel cinco estrelas é o mais novo investimento, no valor de R\$ 200 milhões, que conta com o apoio do Governo do RN, no município de Tibau do Sul a 80 quilômetros de Natal. Para agilizar a tramitação e liberação das licenças ambientais de responsabilidade da administração estadual, através do Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Idema), a governadora Fátima Bezerra se reuniu, nesta quinta-feira, 23, com os empresários Marcelo Alecrim, Lineu Macena e com o arquiteto e secretário de Turismo de Tibau do Sul, Francisco Soares Júnior.

Acompanhada do vice-governador, Antenor Roberto e dos secretários de Estado Jaime Calado (Sedec) e Ana Costa (Turismo), do diretor do Idema, Leon Aguiar, e do Procurador Geraldo Estado, Luiz Antônio Marinho, a governadora afirmou que o Estado observará com presteza as medidas legais que lhe cabem para a consolidação do investimento. "O governo tem a política de viabilizar investimentos, fortalecer **economia**, gerar trabalho, renda, e empregos. O nosso governo apoia toda iniciativa boa para o Estado e para o povo do RN. Tratamos estas iniciativas como prioridade, pois o que mais nossa população precisa é de oportunidades" afirmou Fátima Bezerra.

O empresário Marcelo Alecrim disse que o investimento para a implantação do condomínio e hotel estão viabilizados e aguardam apenas os trâmites legais para construção. Serão 94 casas - cada uma com 220 metros quadrados de área e seis leitos - e 60 bangalôs de alto padrão, além do hotel. "É um empreendimento diferenciado, que permitirá ao comprador financiamento em 30 anos pelo Banco do Brasil, e será gerido de forma a permitir também aos proprietários ter uma fonte de renda com o aluguel dos imóveis ", explicou Marcelo.

A previsão é que o empreendimento seja concluído e entregue no prazo de 24 meses. "Todos os projetos e documentação estão prontos e atendem às normas da legislação. Com o compromisso do Governo em agilizar o andamento das licenças iremos cumprir os prazos e trazer para o RN mais negócios,

desenvolvimento e renda para a população", argumentou Marcelo Alecrim.

O condomínio adota as exigências de sustentabilidade e acessibilidade. Os empreendedores também se comprometem a contratar mão de obra e adquirir insumos no **mercado** local, tanto na fase de construção como na fase de manutenção. O projeto também contempla a definição de parceria com o município para realização de eventos culturais todos os meses do ano como forma de integrar os proprietários e hóspedes ao dia da dia do município.

Autor(a): Saulo de Castro

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

BNDES anuncia venda de ações da Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Agência Brasil

Marcello Casal jr/Agência Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou hoje (22) a realização de oferta pública global de ações da Petrobras que pertencem à instituição. A oferta tem valor de até US\$ 5,6 bilhões - equivalentes a R\$ 23,5 bilhões - e envolverá a alienação de até 9,86% das ações ordinárias da Petrobras, entre oferta base e 'hot issue' (o lote adicional pelo qual a companhia pode elevar o volume de venda em até 20%, dependendo da

demanda pelos papéis), informou o banco por meio de nota. As ações preferenciais de propriedade do BNDES não serão alienadas.

A oferta será feita no Brasil e no exterior. Por isso, a operação foi registrada no órgão regulador brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da **Economia**. O órgão equivalente nos Estados Unidos, a 'Securities and Exchange Commission' (SEC), também foi notificado.

De acordo com o BNDES, a operação é resultado do programa de desinvestimento de participações acionárias em empresas listadas na bolsa de valores. O objetivo do programa, iniciado em 2019, é reduzir o risco de **mercado** do banco, permitindo o redirecionamento dos recursos para investimentos em áreas de maior impacto para a sociedade, como saneamento, mobilidade urbana, educação e segurança.

Esse processo de desinvestimento já incluiu, nos últimos meses, a venda total de participações acionárias do BNDES na Marfrig Global Food S.A. e na Light S.A.. O BNDES tem em curso, ainda, potencial oferta pública de ações ordinárias da JBS.

Ações ordinárias

De acordo com decisão acionária encaminhada pela Petrobras à CVM, a oferta pública secundária protocolada pelo BNDES envolve a venda de até 734.202.699 ações ordinárias de emissão da Petrobras e pertencentes ao banco.

O período de reserva das ações da oferta

brasileira se estenderá de 29 deste mês até 4 de fevereiro. A fixação do preço por ação acontecerá no dia seguinte (5).

O início das negociações das ações na bolsa de valores deve ocorrer em 7 de fevereiro de 2020, em conformidade com o previsto em regulamento. A data máxima da negociação vai até 6 de agosto. Não houve ainda informação sobre a data da oferta no exterior.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo pretende mudar período usado para corrigir salário mínimo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O projeto de lei com a nova política de correção do **salário** mínimo incluirá uma mudança no período usado para definir os reajustes. Em vez do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior fechado, de janeiro a dezembro, o governo pretende usar o índice entre dezembro do ano anterior e novembro do exercício atual para calcular o valor do mínimo para 2021.

A informação foi passada pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues. Em reunião com jornalistas, ele explicou que a medida tem

como objetivo prevenir situações como a deste ano, em que o **salário** mínimo primeiramente foi reajustado para R\$ 1.039 e depois aumentou para R\$ 1.045, porque a alta dos preços da carne fez o INPC fechar o ano além do previsto.

O sistema é semelhante ao do teto de gastos, em que o governo usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho do ano anterior a junho do exercício atual para corrigir o limite das despesas federais para o ano seguinte. Segundo Rodrigues, a mudança terá pouco impacto prático no valor final para o **salário** mínimo, mas dará mais transparência aos reajustes e dará mais previsibilidade para o governo e os trabalhadores.

O secretário assegurou que o governo preservará a reposição do **salário** mínimo pela inflação, como está determinado pela Constituição. 'Vamos alterar a sistemática de correção do **salário** mínimo. O INPC só é divulgado dias após o fim do ano. Vamos mudar sem que haja perda', declarou.

O governo tem até agosto deste ano, antes do envio do projeto de lei do Orçamento de 2021, para enviar o projeto de lei ao Congresso com a política para o **salário** mínimo. Rodrigues não especificou se o governo pretende definir o valor do mínimo ano a ano ou se o projeto terá uma política definitiva até o fim do atual governo.

Fontes de recursos

Ao todo, o reajuste do **salário** mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 terá impacto de R\$ 2,13 bilhões para o governo neste ano. Isso porque o

mínimo está atrelado a 80% dos benefícios da Previdência Social, além de corrigir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e o seguro desemprego, entre outros. Além disso, há um impacto de R\$ 1,5 bilhão decorrente da elevação do valor do **salário** mínimo em relação ao valor original enviado no Orçamento de 2020, de R\$ 1.031.

Segundo o secretário especial de Fazenda, o governo pode usar diversas fontes para bancar a correção do **salário** mínimo. Além de prever maior pagamento de dividendos de estatais (parcela dos lucros que as empresas públicas federais destinam ao Tesouro Nacional), a equipe econômica conta com receitas não incluídas no Orçamento deste ano. Ele citou os leilões das novas rodadas de partilha do pré-sal e de concessão do petróleo na camada pós-sal e os leilões dos excedentes da cessão onerosa dos campos de Atapu e Sépia, que não foram vendidos no leilão realizado em novembro.

Rodrigues mencionou ainda um eventual crescimento da arrecadação federal decorrente da recuperação da **economia**. Há cerca de dez dias, o governo aumentou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,4% em 2020. Segundo o secretário, o próximo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, a ser divulgado em março, deverá trazer uma estimativa maior.

Agência Brasil

O post Governo pretende mudar período usado para corrigir **salário** mínimo apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Temor do coronavírus faz preço do petróleo cair quase 3%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Henry Romero / Reuters

O aumento no número de pessoas infectadas e mortas pelo coronavírus na China faz com que a cotação do petróleo no **mercado** caia nesta quinta-feira. O barril do tipo Brent é negociado com queda de 2,93%, a US\$ 61,36. Esta é a menor cotação em sete semanas.

Os analistas indicam que o receio de que a demanda chinesa seja reduzida por conta da doença explica a queda no preço das commodities no **mercado**.

- A leitura é que a queda do Brent está atrelada ao espalhamento do coronavírus na China. O **mercado** teme que esta nova ameaça possa comprometer a demanda por processos que dependem de fluxos internacionais, o que pode, diretamente, impactar a demanda por derivados de petróleo já no curto prazo - indica Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

Nesta quarta, o Goldman Sachs publicou um relatório no qual projeta que o vírus respiratório, que se originou na cidade chinesa de Wuhan, poderia causar uma queda da demanda global de 260 mil barris por dia em 2020. A menor demanda, estimou o banco, levaria a cotação do petróleo a cair em US\$ 2,90 o barril.

'Embora uma resposta de oferta da Opep possa limitar o impacto fundamental de um choque da demanda, a incerteza inicial sobre o escopo potencial da epidemia pode levar a uma onda de vendas maior do que os fundamentos sugerem', avaliaram Damien Courvalin e Callum Bruce, analistas do Goldman.

O impacto real na demanda global de petróleo dependerá da rapidez com que o coronavírus se espalhar para outras regiões e do nível de contágio, segundo analistas. Uma resposta rápida e agressiva das autoridades chinesas também pode diminuir a incerteza e o impacto negativo na **economia**.

- No atual momento, cria-se uma atmosfera de tensão no exterior sobre uma possível diminuição da demanda chinesa, o que afeta diretamente as commodities - diz Pedro Galdi, analista da Mirae Asset. - O feriado do Ano

Novo Lunar já é neste fim de semana, e estradas e regiões estão fechadas. Isso pode diminuir o consumo interno e refletir no mundo como um todo.

Na véspera, o barril do Brent fechou os negócios cotado a US\$ 63,21.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Beneficiada pelo processo de recuperação da economia, arrecadação federal com impostos chega a R\$ 1,537 trilhão em 2019, maior valor em cinco anos

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Beneficiada pelo processo de recuperação da **economia**, a arrecadação federal de impostos fechou o ano de 2019 com crescimento de 1,69% na comparação com o ano anterior, já descontada a inflação. No ano passado, os brasileiros pagaram R\$ 1,537 trilhão em impostos e contribuições federais. Foi o maior resultado anual desde 2014.

O crescimento também foi puxado pela disparada da arrecadação com royalties de petróleo. Influenciada pela alta do dólar e do barril de petróleo no ano passado, essa receita somou R\$ 61 bilhões e cresceu 1,28%. O crescimento da produção nacional de óleo e gás também contribuiu para o resultado.

Relatório da arrecadação divulgado nesta quinta-feira pela Receita Federal aponta a recuperação da **economia** como um dos principais fatores para o crescimento da arrecadação no ano passado.

Os dados da arrecadação de impostos são importantes porque são muito sensíveis ao comportamento da **economia**. Por isso, o melhor dado desde 2014, quando teve início a crise econômica, são positivos para o governo.

O comportamento da arrecadação também é fundamental para a busca da meta fiscal, ou seja, o resultado para as contas públicas. Para 2019, a meta do governo é um rombo de até R\$ 139 bilhões. O resultado do ano deve ser bem melhor, e fechar na casa de um déficit de R\$ 70



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

bilhões.

Para este ano, a tendência é da arrecadação continuar subindo. A expectativa do **mercado** e do governo é da **economia** crescendo na casa de 2,3%. Também há tendência de crescimento da receita com petróleo.

Algumas das receitas, porém, podem não se repetir em 2020. São as chamadas receitas atípicas, que ajudam a melhorar o resultado geral. O governo se beneficiou no ano passado de R\$ 14 bilhões decorrentes de venda de ativos de empresas, como a venda de ações do IRB e a venda da BR Distribuidora. Também houve uma arrecadação programas de regularização tributária e parcelamento de dívida ativa.

Indicadores ajudaram

Para 2019, o Fisco lembrou que os principais indicadores econômicos com impacto sobre as receitas federais tiveram alta no ano passado.

- Os principais fatores foram os indicadores macroeconômicos, e desempenho do Imposto de Renda - disse o chefe Estudos Tributários da Receita, Claudemir Malaquias.

A venda de bens e serviços e massa salarial cresceram no ano passado. Enquanto a produção industrial e o valor em dólar das exportações caíram, mas em menor intensidade. A arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ligada ao lucro das empresas não financeiras, cresceu 11,09% em relação a 2018. Isso ocorreu por conta da melhora nas estimativas mensais e nos balanços das

empresas.

Viu isso? Governo terá de cortar investimento e gasto para reajustar **salário** mínimo

Também aumentou a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física (em 11,07%), do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), da receita previdenciária e do PIS/Cofins. A Receita destacou que a arrecadação com Imposto de Renda subiu em decorrência de ganhos na alienação de bens e ganhos líquidos em operações em bolsa.

Por outro lado, caiu a receita com a Cide-Combustíveis em 32%. Desde junho de 2018, o governo reduziu sua arrecadação com esse imposto porque zerou a alíquota para o óleo diesel, como medida para encerrar a greve dos caminhoneiros.

- Chegamos a 2019 com o resultado equivalente ao período pré-crise - destacou Malaquias.

Desonerações

O governo deixou de arrecadar R\$ 96,5 bilhões no ano passado devido às desonerações de impostos aprovadas desde 2010. O valor superior aos R\$ 88,7 bilhões apurados em 2018, já considerada a inflação.

Somente com as políticas relacionadas ao Simples e ao MEI (Microempreendedor Individual), o governo abriu mão de R\$ 14,8 bilhões em **tributos** no ano passado.

A desoneração da cesta básica contribuiu para uma redução de R\$ 11,9 bilhões na arrecadação. O governo já confirmou que

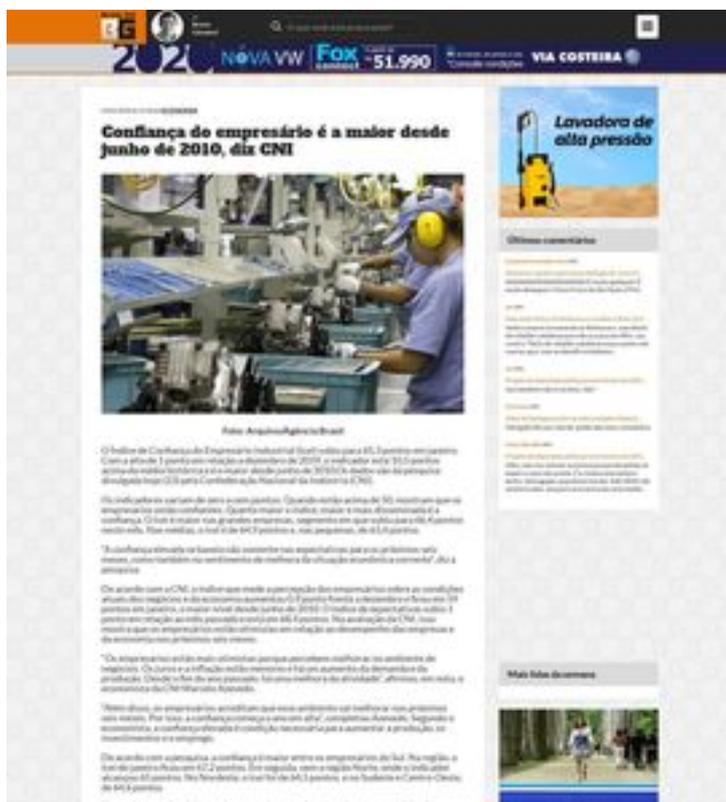
planeja acabar com a desoneração da cesta básica na proposta de reforma tributária que enviará ao Congresso. A ideia é pegar parte desse dinheiro e aumentar o valor do Bolsa Família.

Com desoneração da folha de pagamento das empresas, o governo deixou de recolher R\$ 9,9 bilhões.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Confiança do empresário é a maior desde junho de 2010, diz CNI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Arquivo/Agência Brasil

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu para 65,3 pontos em janeiro. Com a alta de 1 ponto em relação a dezembro de 2019, o indicador está 10,5 pontos acima da média histórica e é o maior desde junho de 2010. Os dados são da pesquisa divulgada hoje (23) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os indicadores variam de zero a cem pontos. Quando estão acima de 50, mostram que os empresários estão confiantes. Quanto maior o índice, maior e mais disseminada é a confiança.

O Icei é maior nas grandes empresas, segmento em que subiu para 66,4 pontos neste mês. Nas médias, o Icei é de 64,9 pontos e, nas pequenas, de 63,4 pontos.

'A confiança elevada se baseia não somente nas expectativas para os próximos seis meses, como também no sentimento de melhora da situação econômica corrente', diz a pesquisa.

De acordo com a CNI, o índice que mede a percepção dos empresários sobre as condições atuais dos negócios e da **economia** aumentou 0,9 ponto frente a dezembro e ficou em 59 pontos em janeiro, o maior nível desde junho de 2010. O índice de expectativas subiu 1 ponto em relação ao mês passado e está em 68,4 pontos. Na avaliação da CNI, isso mostra que os empresários estão otimistas em relação ao desempenho das empresas e da **economia** nos próximos seis meses.

'Os empresários estão mais otimistas porque percebem melhoras no ambiente de negócios. Os **juros** e a inflação estão menores e há um aumento da demanda e da produção. Desde o fim do ano passado, há uma melhora da atividade', afirmou, em nota, o economista da CNI Marcelo Azevedo.

'Além disso, os empresários acreditam que esse ambiente vai melhorar nos próximos seis meses. Por isso, a confiança começa o ano em alta', completou Azevedo. Segundo o economista, a confiança elevada é condição necessária para aumentar a produção, os investimentos e o emprego.

De acordo com a pesquisa, a confiança é maior entre os empresários do Sul. Na região, o Icei de janeiro ficou em 67,2 pontos. Em seguida, vem a região Norte, onde o indicador alcançou 65 pontos. No Nordeste, o Icei foi de 64,5 pontos, e no Sudeste e Centro-Oeste, de 64,6 pontos.

O levantamento também mostra que o otimismo é maior entre os empresários da indústria de transformação. Nesse segmento, o Icei alcançou 65,7 pontos em janeiro. Na indústria extrativa, foi de 63,7 pontos e, na construção, de 64 pontos.

Esta edição do Icei foi feita entre os dias 6 e 17 deste mês com 2.458 empresas de todo o país. Dessas, 921 são pequenas, 917 são médias e 620 são de grande porte.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Abraciclo estima aumento de 6,1% na produção de motocicletas neste ano no país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Arquivo/Agência Brasil

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) prevê a produção de 1.175.000 motocicletas neste ano, o que representa aumento de 6,1% ante 2019, quando foram licenciadas 1.107.758 unidades.

A Abraciclo, que representa 98% dos fabricantes desse tipo de veículo, estima queda de 27,5% nas exportações, com as vendas passando de 38.614 para 28 mil unidades. O índice é melhor do que o registrado na

comparação de 2018 com 2019, de - 45,3%.

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, o que explica a diminuição nas exportações é o cenário 'de deterioração' da **economia** de países que já se consolidaram como consumidores das motocicletas brasileiras, com destaque para a Argentina. Diante das circunstâncias que enfrenta atualmente, a Argentina registrou no fim do ano passado redução de 60% no volume de motocicletas importadas do Brasil. Já as remessas para os Estados Unidos, segundo maior **mercado**, tiveram expansão de 25,5%. O Brasil ocupa a oitava posição no ranking mundial de produtores.

A Abraciclo informou também que o segmento espera aumento de 5,8% no varejo de motocicletas. O percentual se aproxima do estimado para o atacado, que é de 5,7%. Os indicadores ficam bem abaixo das marcas de 2019, que foram, respectivamente, de 14,6% e 13,2%.

'A maior parte da produção [de 2019] realmente foi para **mercado** interno', afirmou Fermanian. A frota nacional de motocicletas totaliza 28 milhões de unidades.

Fermanian disse que os níveis atingidos no ano passado 'encorajam a ter uma visão mais otimista para 2020', mas ressaltou que não se pode garantir que a realidade corresponda aos prognósticos de desempenho. 'A gente não tem um cenário, uma expectativa de, por exemplo, quanto o país vai crescer, quais serão as reformas implantadas. Tudo isso ainda nos

remete a um cenário de certa incerteza', afirmou. 'Pelo menos, um patamar de 6% de crescimento já é bastante significativo.'

Com Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Déficit primário pode ser zerado até 2022, diz governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), indicador divulgado pelo Banco Central (BC), tenha encerrado o ano passado em 77% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) ou num percentual um pouco menor. O número final da DBGG só será divulgado no próximo dia 31.

Caso a dívida pública feche nesse valor, essa terá sido a primeira queda anual desde 2013. O secretário também informou que a equipe econômica prevê economizar R\$ 417 bilhões de **juros** da dívida pública entre 2019 e 2022. O valor considera as despesas financeiras e conta para a avaliação da dívida pública.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Autor: bruno

Foto: José Cruz/Agência Brasil

A recuperação da **economia** e a continuidade do ajuste fiscal podem fazer o governo zerar o resultado negativo nas contas públicas até o fim de 2022, disse hoje (23) o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues. Em reunião com jornalistas, ele confirmou que a equipe econômica antecipou em um ano a reversão do déficit primário.

O secretário também informou que a dívida pública deve fechar 2019 com pequena queda. Segundo ele, o Ministério da **Economia** projeta